

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A Memória do Império: O papel de uma coleção na história de Portugal e suas conquistas

Ana Paula Sampaio Caldeira*

Resumo: No século XVIII, o abade português Diogo Barbosa Machado fez uma coleção de imagens, mapas e folhetos sobre vários momentos da história portuguesa. Agora, estes materiais fazem parte da coleção da Biblioteca Nacional de Rio de Janeiro. No mestrado, nós tentamos entender esta coleção como um arquivo e também como uma forma de escrever a história. Neste trabalho, nós pensaremos na importância do trabalho dos historiadores e antiquários, como Barbosa Machado, na construção retórica e histórica do império português.

Palavras-chave: Coleções; Historiografia; Portugal – século XVIII

Abstract: At the 18th century, the Portuguese abbot Diogo Barbosa Machado made a collection of images, maps and pamphlets about several moments of the Portuguese history. Now, these materials are part of the collection of the *Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*. In the master's degree, we tried to understand this collection as an archive and also as a form of writing the history. In this work, we will think about the importance of the historians' work and antiquarians, like Barbosa Machado, in the rhetorical and historical construction of the Portuguese empire.

Key-word: Collections, Historiography, Portugal – 18th century.

Recentemente em Portugal, historiadores foram convocados a falar de uma questão um tanto embaraçosa. Tratava-se da possibilidade de desenterrarem o corpo do Rei D. Afonso Henriques para estudo. A pesquisadora da Universidade de Coimbra, Eugênia Cunha, especialista em Antropologia biológica, estudava as relíquias do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra quando percebeu que o local passava por uma restauração. Acreditando que aquela seria uma boa possibilidade para a abertura do túmulo onde estão enterrados os restos de D. Afonso Henriques e de sua mulher, D. Mafalda, Eugênia Cunha solicitou a autorização da Diocese de Coimbra e da direção regional do Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR) para a exumação do corpo do rei. O pedido foi aceito e, momentos antes da abertura da pedra do túmulo, chegou a notícia de que a direção nacional do IPPAR não autorizava a exumação.

O motivo do impedimento foi meramente burocrático. A direção nacional do IPPAR e a ministra da cultura afirmaram não terem sido consultados sobre a decisão. O

cancelamento gerou frustração da equipe de estudiosos, que contava, entre outros pesquisadores, com o conhecido historiador português José Mattoso, autor de uma biografia de Afonso Henriques. O objetivo do empreendimento era “reconstituir o perfil biológico do primeiro rei de Portugal, a sua estrutura física, a sua estatura, a idade que tinha quando morreu, bem como tentar deslindar algumas patologias que o afligiram e que deixaram vestígios nos seus ossos”, afirmava Eugénia Cunha.¹ O método de radiocarbono – o mesmo empregado para o estudo das múmias egípcias – conseguiria datar o esqueleto, identificar o seu perfil genético, reconstruir sua face em imagens tridimensionais e, através da análise química dos ossos, seria possível ainda saber qual era a dieta do rei.

A proibição acabou por favorecer a repercussão do projeto na imprensa, não só porque Eugénia Cunha recorreu da decisão, mas porque a exumação do corpo poderia confirmar ou não certas características físicas do monarca, tido como alto, forte e belo, qualidades que acompanham os mitos em torno dos heróis nacionais.² Em meio às polêmicas, alguns especialistas foram convidados pela imprensa a opinar sobre a exumação. Entre eles, constavam alguns historiadores.

A polêmica sobre a exumação de Afonso Henriques trouxe à tona um problema em torno da memória do personagem fundador da nacionalidade portuguesa. Desenterrar os restos daquele monarca poderia não abrir novas perspectivas, mas, antes, trazer desavenças, afinal, trata-se de uma figura fundamental da história lusitana. Cabe mencionar que a própria imprensa, ao se referir à exumação, mencionava D. Afonso como o “fundador da nacionalidade portuguesa”.³ É possível imaginar o debate que se abriria caso fosse descoberto que aquele não era o corpo de quem há tantos séculos pensávamos que fosse, ou, então, perceber que, na verdade, o monarca era muito diferente da imagem construída em torno dele.

Essa questão permite pensar como a memória de personagens de referência da história ou da religiosidade portuguesa permanece, ainda hoje, muito viva. Cabe aos historiadores pensar como essas memórias foram forjadas, em que momento, com que intuito, e não tratá-las como naturalmente dadas. Determinadas memórias de Afonso Henriques, D. Sebastião, entre outros, foram inventadas e construídas em determinados momentos, algumas vezes séculos depois de suas mortes.

¹* Mestre em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

<http://www.researchcafe.net/content/view/866/> acessado em 09/10/2006.

² Em alguns sites da imprensa portuguesa é possível ter acesso a essas reportagens: http://expresso.clix.pt/Actualidade/Interior.aspx?content_id=367200; [www.cienciahoje.pt/index.php?oid=3604&op=all;](http://www.cienciahoje.pt/index.php?oid=3604&op=all) www.rtp.pt/index.php?article=248395&visual=16

³ Agência Lusa (Notícia SIR-8149653).

No século XVIII, a questão da memória ocupou alguns eruditos portugueses. Referimo-nos aos membros da Academia Real da História. O principal objetivo daquela instituição, criada por D. João V em 1720, era coletar documentos e informações sobre os homens valorosos que estiveram ao lado dos monarcas portugueses, defendendo territórios, expandindo a fé cristã, lutando pela liberdade ou contribuindo para a grandeza do reino português com sua produção intelectual. Trata-se de um momento, como lembra Blandine Kriegel, em que as atividades de historiador e colecionador não eram desconexas, mas imbricadas. Coletar objetos e papéis não era o início, mas o fim da atividade dos historiadores eruditos do século XVIII. Na esteira do projeto da Diplomática, eles consideravam que a recolha e crítica dos testemunhos eram fundamentais para uma escrita da história clara e verdadeira (KRIEGEL, 1988: 168).

Além de ganhar um estatuto de acesso ao passado, os documentos ou vestígios possibilitavam àqueles eruditos “tirar do esquecimento” os varões dignos de memória, mas que se encontravam sepultados na desordem dos arquivos portugueses. Um reino importante deveria ter homens valorosos. Havia ainda um sentido mais prático em trazer à memória alguns homens do passado. Por se tratar de uma sociedade em que o indivíduo era relacionado diretamente à casa em que nasceu (MONTEIRO, 1998), ter um antepassado valoroso que contribuiu para as vitórias lusitanas, significava a possibilidade de, no presente, participar da lógica de uma economia política de privilégios (GOUVEIA, 2001: 288). Trata-se, portanto, de um trabalho de memória em um momento em que esta e a história não estavam separadas. Nesta tarefa de coletar documentos, lembrar e esquecer, as atividades de historiador e antiquário se uniam. Além de coletados, os testemunhos eram guardados. Tê-los perto de si era uma maneira também de tocar o passado, ser testemunha ocular se não do que aconteceu, pelo menos dos vestígios que indicam que tal coisa aconteceu ou existiu. Era comum, portanto, que eruditos da época, principalmente os da Real Academia, organizassem coleções pessoais, além da própria coleção de documentos daquela instituição (BRIGOLA, 2003: 508-11).

Nos últimos anos nos dedicamos a estudar uma dessas coleções particulares, atualmente pertencente ao acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. São mapas, retratos e folhetos agrupados sob o nome de seu colecionador, o abade português Diogo Barbosa Machado. Como acadêmico real, ele tinha autoridade para selecionar personagens e fatos dignos de memória e documentos confiáveis para esta história. Outros acadêmicos gozavam desta mesma autoridade. Mas, no caso do abade de Sever, parece que suas pretensões foram mais ambiciosas. Ele juntou também materiais referentes a vários períodos

da história portuguesa, dando a ela uma cronologia e uma ordenação. Selecionou esses documentos, guardou-os, organizou-os em uma coleção, que era, ao mesmo tempo, um arquivo e uma escrita. No fim da vida aceitou doá-la, não sem antes fazer as últimas arrumações. Entregou-a ao rei D. José, coroando uma trajetória recompensada pelo valor dado à sua obra e pela pensão vitalícia adquirida graças a ela.

Em nossa dissertação de mestrado, nos dedicamos a estudar esta coleção específica, entendendo-a como uma forma de escrita da história. No entanto, ela também nos levou a outras questões ligadas à dinâmica do Império português. Esboçamos aqui algumas dessas reflexões, destacando que elas também podem ser pensadas a partir de uma abordagem historiográfica.

Embora a preocupação da monarquia portuguesa em relação ao passado não date da primeira metade do século XVIII,⁴ foi no reinado de D. João V que este interesse ganhou dimensão institucional a partir da fundação de uma academia voltada *exclusivamente* para a história (KANTOR, 2004: 41).⁵

Para Íris Kantor, havia necessidades políticas muito claras neste empreendimento. Em uma conjuntura posterior à Paz de Vestfália, as justificativas religiosas não eram mais elementos que assegurassem os interesses geopolíticos lusitanos. A história – em seus diversos gêneros – era chamada para justificar os interesses geográficos e políticos dos reinos europeus. Porém importava, agora, que ela fosse pautada em documentos comprobatórios que confirmassem a legítima ocupação ou domínio de um território. Este interesse político explicaria a importância da história e das compilações durante o reinado joanino (KANTOR, 2004: 45-6).

Por outro lado, o interesse da monarquia portuguesa pelo passado pode ser complexificado se pensarmos que os gêneros históricos intermediavam e construíam uma relação entre os súditos e o rei, relação esta extremamente relacionada ao que Fátima Gouveia, por exemplo, denominou economia política das mercês (GOUVEIA, 2001). Trata-se, portanto, de não restringir a questão de um uso político da história apenas à monarquia ou aos interesses de um suposto “Estado Moderno”, mas pensar também como a curiosidade pelo

⁴ Em relação à constituição de um ambiente letrado em Portugal e ao interesse dos eruditos no que se refere à história, não podemos esquecer de um personagem importante e profundamente admirado por Barbosa Machado. Trata-se de Manuel Severim de Faria, chantre de Évora. Organizador de uma importante coleção, Severim de Faria valorizava os testemunhos oculares e escritos na constituição de uma história clara e verdadeira. Sobre ele, ver os recentes trabalhos de Ana Paula Megiani e a dissertação de Luiz Cristiano de Oliveira Andrade.

⁵ Vale ressaltar que a especialização em história é bastante inovadora para os padrões europeus da época, uma vez que esta matéria ainda não se constituía como um campo muito claro e separado. As demais academias, como a espanhola, acabavam estudando não apenas história, mas também poesia, física, política, entre outros assuntos. Isso é particularmente interessante se pensarmos o esforço dos próprios acadêmicos portugueses em definir um espaço seu, separando, por exemplo, o que eles fazem do ofício dos poetas.

passado e a constituição de uma determinada forma de escrita da história criavam uma relação de interdependência entre o rei e seus súditos, considerando a complexidade política do Império português.⁶

Na coleção de opúsculos, Barbosa Machado tratou das várias dimensões da vida aristocrática do Antigo Regime. Nascimentos, casamentos, governos, batalhas e mortes eram momentos importantes nas trajetórias daqueles homens e mulheres. Eles nasciam, uns casavam-se, outros dedicavam-se dos estudos ou seguiam a carreira eclesiástica. Alguns permaneciam no reino, outros, por sua vez, aventuravam-se pelas Índias, América ou África, conhecendo povos diferentes e expandindo a fé cristã. De qualquer maneira, todos, a partir das suas possibilidades, ocupavam posições na trama daquela sociedade e, como é próprio da condição humana, morriam, como se fosse o último ato de um espetáculo grandioso cujas etapas mereciam ser registradas nas descrições, elogios, genetiliacos e epitalâmios. Nessas trajetórias de reis, nobres e eclesiásticos Barbosa Machado conferia vida e dinâmica o império português.

Dessa forma, consideramos importante pensar a construção deste império a partir das letras, enfatizando, sobretudo, como os gêneros históricos, com seus procedimentos retóricos, diziam o que o Império foi, o que ele era e o que se esperava de seus súditos para que ele continuasse sendo no futuro. Cremos que seria interessante observar como os eruditos da Academia Real construíram, pelas letras, esta idéia de Império; de que maneira a lembrança e o esquecimento de alguns personagens poderia mexer com a hierarquia de poderes; como fazer parte de uma academia como aquela já lhes conferia notoriedade nesta mesma hierarquia; de que forma o desenrolar de fatos do passado em um dado território legitimava, no século XVIII, a posse daquelas terras. Por fim, como a história foi fundamental, ao longo do governo joanino, para criar uma noção de território, de virtude e de Império português. Este trabalho poderia iniciar-se com a coleção que temos em mãos. O Império tornava-se uma realidade a partir destes enunciados persuasivos (PÉCORA, 2001), a partir de um esforço de escrita no qual os textos históricos tinham um importante papel.

A história, em seus vários gêneros, instruía, era mestra da vida. A ela cabia aconselhar, acusar, defender, elogiar e censurar. Em outras palavras, ensinar as virtudes e

⁶ As discussões acerca do Império português foram marcadas, no século XIX, por categorias como Estado e poder absoluto, valorizando o poder metropolitano como poderoso ao mesmo tempo em que desconsiderava os poderes periféricos. Estudos de António Manuel Hespanha mostraram as limitações deste modelo explicativo, tão difundido, especialmente nos livros didáticos. Tanto este historiador quanto outros de uma nova geração, como Pedro Cardim, Mafalda Soares da Cunha e Nuno Monteiro, em Portugal e João Fragoso, Fernanda Bicalho e Fátima Gouvêia, no Brasil, procuram mostrar como o poder real, longe de ser “absoluto”, partilhava o espaço político com outros poderes. As câmaras e as instituições eclesiásticas e senhoriais tinham seus espaços de autonomia e sabiam tirar proveito das fraquezas e da distância geográfica do poder.

levar os homens a aderirem a certos valores (ANDRADE, 2004). Esta concepção de história amarrava presente, passado e futuro. Era preciso tirar os homens valorosos do esquecimento porque eles mereciam ser eternos e vencer a finitude e também porque as ações do passado serviam como espelho e estímulo para os homens daquele presente e das gerações seguintes. A Coleção Barbosa Machado não é apenas uma compilação de personagens e eventos, mas uma coleção de exemplos morais. Estes exemplos fazem sentido em um mundo aristocrático em que o passado jogava luz sobre o futuro ao mesmo tempo em que os homens do século XVIII limitavam suas experiências e expectativas a partir dos exemplos de um tempo pretérito (KOSELLECK, s/d: 43).

Uma memória dos homens do passado era construída retoricamente. Da mesma maneira uma memória do Império se construía, pois este mesmo Império foi feito pelos seus homens. Os folhetos e imagens ensinam as virtudes e mostram também que elas foram reconhecidas pelos reis do passado, que souberam dar aos seus súditos as mercês e honras cabidas pelos seus serviços. Também D. João V saberia reconhecer o esforço de seus varões. Tanto rei quanto súditos participavam de uma idéia de virtude, de saber dar e receber, e do desejo de, assim como seus antepassados, terem também seu lugar no edifício da memória. Quanto a Barbosa Machado e aos demais eruditos, podemos dizer que não estavam alheios a esta lógica. Seus serviços davam-se pelas letras. Serviam ao rei através da construção de uma memória, por outro lado, queriam participar desta mesma memória.⁷

Neste sentido, cremos que, a partir da coleção, seja possível também pensar a idéia de um Império português em dois sentidos. Em primeiro lugar, enfatizando a importância de historiadores e colecionadores letrados como Barbosa Machado na construção retórica e histórica deste Império. Lembrar determinados personagens e estabelecer suas virtudes exemplares não é algo natural, “captado” no ar, mas é algo criado em textos, a cada palavra e a cada elogio. Em segundo lugar, como esta coleção relaciona-se a toda a complexidade deste mesmo Império: evidencia suas hierarquias, suas políticas de serviços e mercês, isto é, seu jogo de poder.

Assim como os historiadores do XIX construíram uma memória da nação, no século XVIII, Barbosa Machado e seus pares construíram uma memória do Império, edificaram uma imagem de personagens clássicos do cânone de heróis portugueses, como a rainha Isabel, Santo Antônio de Lisboa, D. Sebastião e o “fundador” D. Afonso Henriques. Séculos passaram, mas determinadas memórias continuaram vivas. Mesmo que a tendência

⁷ Barbosa Machado chega a inserir uma imagem sua na parte de sua coleção de retratos reservada aos homens e letras e ciências.

historiográfica hoje seja problematizar, colocar em xeque determinadas concepções estabelecidas, datá-las como inventadas em uma época – idéias que possibilitam, inclusive, uma reflexão de cunho historiográfico – parece que, em relação a determinados assuntos e personagens, é melhor que continuem mortos e enterrados.

Fontes

MACHADO, Diogo Barbosa. *Coleção de Folhetos Colligidos pelo Abade Diogo Barbosa Machado*. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

_____. *Coleção de Retratos Colligidos pelo Abade Diogo Barbosa Machado*. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

_____. *Coleção de Mapas Colligidos pelo Abade Diogo Barbosa Machado*. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Bibliografia

ANDRADE, Luiz Cristiano Oliveira de. *A Narrativa da Vontade de Deus: A História do Brasil de frei Vicente do Salvador (c. 1630)*. (Dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-graduação em História Social). Rio de Janeiro: UFRJ/ IFCS, 2004.

BRIGOLA, João Carlos Pires. *Coleções, Gabinetes e Museus em Portugal no Século XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

BOXER, Charles. *O Império Marítimo Português (1415-1825)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CURTO, Diogo Ramada. *O Discurso político em Portugal (1600-1650)*. Lisboa: Universidade Aberta, 1988.

ELIAS, Norbert. *A Sociedade de Corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

_____. *O Processo Civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990, 2v.

FRAGOSO, João; BICALHO, Fernanda; GOUVEIA, Maria de Fátima Silva. *O Antigo Regime nos Trópicos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HARTOG, François. *Régimes d'Historicité. Présentisme et expériences du temps*. Paris: Seuil, 2003.

KANTOR, Íris. *Esquecidos e Renascidos. Historiografia acadêmica luso-americana (1724-1759)*. São Paulo: Hucitec; Salvador: Centro de Estudos Baianos/ UFBA, 2004.

_____. A Academia Real da História Portuguesa e a defesa do patrimônio ultramarino: da paz de Westfália ao Tratado de Madri (1648-1750). In: BICALHO, Fernanda; FERLINI, Lúcia Amaral.

Modos de Governar. Idéias e práticas políticas no Império português. Séculos XVI-XIX. São Paulo: Alameda, 2005. p. 239-256.

KOSELLECK, Reinhart. Le concept d'histoire. In: *L'expérience de L'histoire.* Paris: Gallimard, 1997. p. 15-99.

_____. *Futuro Passado. Para uma semántica de los tiempos históricos.* Barcelona, Buenos Aires, México: Paidós, s/d.

KRIEGEL, Blandine. *L'Histoire à l'age Classique. La défaite de l'erudition.* Paris: PUF, 1988.

MATTOSO, José (Dir.); HESPANHA, António Manuel (Org.). *História de Portugal. O Antigo Regime.* Lisboa: Estampa, 1993, v.4.

MEGIANI, Ana Paula Torres. *O Rei Ausente.* São Paulo: Alameda, 2004.

_____. Política e letras no tempo dos Filipes: o Império português e as conexões de Manoel Severim de Faria e Luís Mendes de Vasconcelos. In: BICALHO, Fernanda; FERLINI, Lúcia Amaral. *Modos de Governar. Idéias e práticas políticas no Império português. Séculos XVI-XIX.* São Paulo: Alameda, 2005. p. 239-256.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *O Crepúsculo dos Grandes. A casa e o patrimônio da aristocracia em Portugal (1750-1832).* Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998.

MONTEIRO, Rodrigo Bentes. Recortes de Memória: reis e príncipes na coleção Barbosa Machado. In: SOIHET, Rachel, BICALHO, Maria Fernanda e GOUVÊA, Maria de Fátima. *Culturas Políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história.* Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

_____. Reis, príncipes e varões insignes na coleção Barbosa Machado, in *Anais de História de Além-Mar.* Lisboa: Centro de História de Além-Mar, 2005, no prelo.

_____; LEITE, Jorge Miranda. Os manifestos de Portugal: reflexões acerca de um Estado moderno, in ABREU, Martha; SOIHET, Rachel & GONTIJO, Rebeca (org.). *Cultura Política, Historiografia e Ensino de História.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p.113-131.

MOTA, Isabel Ferreira da. *A Academia Real da História. Os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no século XVIII.* Coimbra: Edições Minerva Coimbra, 2003.

PÉCORRA, Alcir. Sermões: o modelo sacramental. In: VIEIRA, Antônio. *Sermões.* São Paulo : Hedra, 2001.

_____; SCHWARTZ, Stuart. As excelências do governador: O panegírico fúnebre a d. Afonso Furtado, de Juan Lopes Sierra (Bahia, 1676). Rio de Janeiro : São Paulo: Fundação Biblioteca Nacional; Companhia das Letras, 2002.